



**COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE
JUSTIÇA DO BRASIL**

ATA DO 87º. ENCONTRO DE PRESIDENTES

PRESIDÊNCIA: Des. MARCUS ANTONIO DE SOUZA FAVER
PERÍODO DE 12 a 14 DE MAIO DE 2011.
LOCAL – SALVADOR / BAHIA.

A abertura dos trabalhos aconteceu às dezenove horas, no auditório do Tribunal de Justiça da Bahia, com as presenças de vinte e quatro Presidentes e representantes de Tribunais estaduais. Compuseram a mesa de honra a Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, desembargadora Telma Laura Silva Britto; o secretário de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Almiro Sena, representando o governador Jaques Wagner; o presidente da Comissão Executiva do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, desembargador Marcus Antônio de Souza Faver; os conselheiros Nelson Tomaz Braga e Milton Nobre, do Conselho Nacional de Justiça; o juiz Rosalvo Vieira, representando o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), desembargador Nelson Calandra; e a presidente da Associação dos Magistrados da Bahia (Amab), juíza Nartir Dantas Weber.

Inicialmente previsto para fazer a palestra inaugural, o ministro da Justiça José Eduardo Cardozo não pôde comparecer devido a um compromisso no exterior.

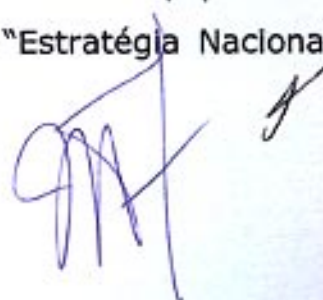
A handwritten signature in blue ink is located at the bottom right of the page. The signature is stylized and appears to be the name of the official responsible for the document.

Ao cumprimentar os participantes, a anfitriã do Encontro, desembargadora Telma Britto, falou da alegria em receber os colegas. Disse também da importância do Colégio de Presidentes e das constantes trocas de informações entre os tribunais, sempre em busca de uma melhor prestação jurisdicional. A presidente aproveitou para anunciar que a Bahia irá promover, ainda este mês, um encontro nacional com assessores de comunicação dos tribunais e, no início de junho, o *Workshop* de Gestão Administrativa, para fomentar a troca de informações sobre as boas práticas desenvolvidas nas cortes.

Em seguida, a corregedora Nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, falou sobre a atuação do CNJ durante a sua gestão, após sete meses à frente da Corregedoria. Lembrou de episódios com tribunais e de como a participação do órgão foi decisiva para elucidar algumas questões. De acordo com a ministra, o Conselho tem hoje o dever de apoiar os tribunais. "A função sancionatória é menor na Corregedoria", enfatizou.

O presidente do Colégio Permanente de Presidentes, desembargador Marcus Faver, também fez uso da palavra e lembrou do "custo judicial", que representa um prejuízo incalculável para o país devido ao funcionamento inadequado do Judiciário que, segundo ele, é provocado pela "escassez de recursos".

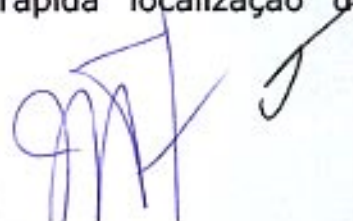
Às nove horas e trinta minutos da manhã seguinte, iniciaram os trabalhos. Compuseram a mesa a presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, desembargadora Telma Britto; o presidente do Colégio Permanente, desembargador Marcus Faver; e os conselheiros do Conselho Nacional de Justiça, desembargadores Milton Nobre e Nelson Tomaz Braga. A mesa ficou completa com a conselheira Taís Schilling Ferraz, do Conselho Nacional do Ministério Público, que foi a primeira palestrante do dia, com o tema sobre "Estratégia Nacional de Justiça e de Segurança Pública (Enasp)".



Durante a palestra, a conselheira lembrou a queda de um helicóptero no Rio de Janeiro, em 2009, após ser atingido por balas disparadas por traficantes, fato que desencadeou uma discussão sobre a segurança pública. A partir daquele episódio, foram apresentadas propostas para uma articulação nacional, que envolveu o Ministério da Justiça, o CNJ e o CNMP. Criado em fevereiro de 2010, a Enasp tem por objetivo planejar e implementar a coordenação de ações e metas nas áreas de justiça e segurança pública, em âmbito nacional, que exijam a atuação articulada desses órgãos.

De acordo com a conselheira, alguns dos resultados esperados com a iniciativa são a redução dos prazos de tramitação dos inquéritos e do ajuizamento de ação penal; o aumento do percentual de investigações encerradas com a identificação de autorias e a priorização de investigação dos homicídios praticados pelo mesmo agente, pelos riscos de nova reincidência.

Também foram apresentadas propostas, a exemplo da criação de um boletim de ocorrência, a ser adotado nacionalmente nas delegacias, e uma maior atenção aos crimes de ameaça e de tentativa de homicídio. Ela mencionou que uma das questões que mais tem trazido impacto durante a tramitação das ações penais, segundo os magistrados, é a dificuldade de se pôr em prática o conceito de audiência una. "É difícil juntar num mesmo dia todos os policiais que têm que ser ouvidos, as vítimas, as famílias das vítimas e as testemunhas. Acaba fazendo com que a fase de instrução seja muito longa nesses processos", afirmou. No entanto, alguns Estados já estão trabalhando ideias que viabilizem a audiência una, que visem à maior articulação entre os órgãos envolvidos, o que inclui providências de transporte de pessoas e rápida localização de endereço para cumprimento de mandados.

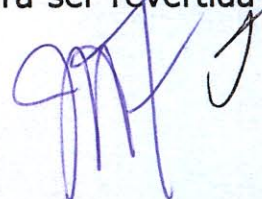


Ao final da palestra, o desembargador Marcus Faver agradeceu a participação da conselheira Taís Ferraz e aproveitou para esclarecer alguns pontos. Ele disse que o Colégio de Presidentes está representado no Enasp por indicações do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e pelo membro da Comissão Executiva do Colégio, desembargador Lécio Resende da Silva. Faver endossou o chamamento da conselheira para que os presidentes de tribunais indiquem gestores e passem a integrar de forma efetiva as discussões do Enasp, "porque a não elucidação de crimes; a sensação de impunidade é atribuída de forma muito preponderante ao Poder Judiciário", disse ele.

O presidente do Tribunal de Justiça de Roraima, desembargador Lupercino de Sá Nogueira Filho, levantou a dificuldade da realidade carcerária, que tem um déficit de cento e oitenta mil vagas. Ele argumentou que para cumprir efetivamente mais mandados, como é meta do Enasp, terá que haver um número maior de presídios.

O presidente de Tribunal de Justiça do Amazonas, desembargador João de Jesus Abdala Simões, passou às mãos da conselheira Taís Ferraz o projeto criado no Judiciário amazonense, chamado de Júri Itinerante, que se propõe a quadruplicar o número de júris realizados na Comarca de Manaus.

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador José Fernandes de Lemos, mencionou que havia uma significativa remessa de inquérito sem autoria em seu Estado. Essa realidade começou a mudar por efeito de um programa do governo estadual chamado Pacto pela Vida, que fez com que mais de noventa por cento dos inquéritos apresentassem autoria definida. Isso gerou uma maior demanda no Judiciário pernambucano, ocasionando um represamento de ações nas Varas do júri. Apesar da realização de mutirões, apenas a partir do final deste ano, deverá ser revertida tal




situação por meio do aumento do quadro funcional, através de concurso público.

O representante do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e membro da Comissão Executiva, desembargador José Fernandes Filho, solicitou que o CNJ e o CNMP tenham os tribunais estaduais como sócios, mas que compreendam que os tribunais, responsáveis por mais de sessenta por cento da jurisdição no país, são privados de recursos e muitas vezes têm que recorrer aos governos estaduais para manter equilíbrio nas contas.

O presidente do Tribunal de Justiça do Piauí, desembargador Edvaldo Pereira Moura, falou do Núcleo de Enfrentamento ao Crime de Especial Gravidade, como homicídio e latrocínio. Criado por resolução, o Núcleo é composto por dois representantes dos seguintes segmentos: desembargadores criminais, juízes criminais, defensores públicos, advogados e delegados de polícia.

O presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, desembargador Manoel Alves Rabelo, anunciou que pretende apresentar no próximo Encontro, que será sediado em seu Estado, nos dias 25 e 26 de agosto do corrente ano, as estratégias tomadas pelo Judiciário capixaba quanto às graves questões ligadas ao sistema prisional, principalmente referentes às prisões provisórias.

O presidente do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, desembargador Luiz Carlos Santini, sugeriu uma análise das motivações dos homicídios. Segundo ele, no início de sua carreira como advogado, os homicídios tinham motivações simples, como os de trânsito. "Hoje as motivações são outras", disse ele, ao indicar a participação do crime organizado. "Não vamos acabar com a criminalidade se não examinarmos a motivação 'nova' dos homicídios, dessa possibilidade de identificação do crime organizado por trás e continuarmos sem instrumentos adequados para impedir a indústria do crime", concluiu.



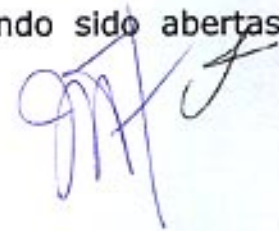
O membro da Comissão Executiva, desembargador Caio Otávio Regalado de Alencar, apresentou sugestão no sentido de que os órgãos que integram a estratégia do Ministério Público fizessem gestões junto aos governos estaduais para que melhor aparelhassem os institutos, que estão impossibilitados, às vezes, de proceder um exame cadavérico, exemplificou.

A conselheira Taís Ferraz fez algumas observações quanto aos questionamentos dos presidentes. Disse que o objetivo das metas de prisão é ter um cadastro virtual nacional para depurar mandados de prisão válidos, retirando aqueles que já foram prescritos, e possibilitando que mandados possam ser cumpridos mesmo que em Estado diverso daquele onde foi originado. Segundo ela, o cadastro em si não vai levar a um aumento do encarceramento mas a um controle nacional. Para erradicar os presos mantidos em delegacias de polícia, o Governo Federal acenou com o investimento de quatrocentos e oitenta milhões de reais dirigidos à construção de casas de detenção para os presos provisórios. "Recurso existe", disse ela. "A questão é a gestão desse recurso. Se ela deve ser feita pelos Estados, se ela tem que ser feita em âmbito nacional", concluiu.

A programação teve prosseguimento com a palestra do desembargador Milton Nobre, integrante do Conselho Nacional de Justiça. O magistrado trabalhou o tema "Perspectivas Normativas no Âmbito do CNJ", por meio do qual delineou projetos que se encontram em estudo para a criação, reforma e até extinção de resoluções.

Segundo o conselheiro, "a principal atividade [do CNJ] é a de planejamento. É a de buscar eficiência, ou seja, buscar jurisdição de qualidade com o menor custo".

Foi comentada a discussão para que seja revogada a Resolução 52/2008, que dispõe sobre a proibição de nomes de pessoas vivas em prédios ou em ambientes do Poder Judiciário, tendo sido abertas



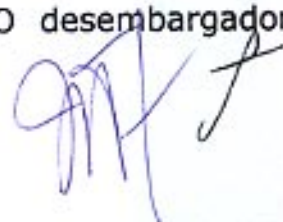
exceções para os que estivessem em inatividade. No entanto, tem sido destacada a ilegalidade da resolução frente à Lei Federal 6.454, de 1977, que veda atribuição de nome de pessoas vivas a bens públicos. A ideia é que sejam respeitadas as nomeações que tenham sido dadas na vigência da resolução ou antes dela.

Em outro ponto, o conselheiro disse que o CNJ aguarda a manifestação dos tribunais sobre o pagamento de passivos a magistrados e a servidores do Poder Judiciário. Ele trouxe para os presidentes a minuta da resolução que disciplinará critérios sobre a liquidação de passivos. Ele ponderou que o reconhecimento de passivos pelos tribunais sem previsão orçamentária pode impactar negativamente na governança dos próprios tribunais.

As intervenções dos participantes trouxeram ao tema questões das realidades vividas em algumas cortes. O conselheiro Milton Nobre, que é desembargador do Tribunal de Justiça do Pará, lembrou, por exemplo, da "realidade amazônica" e de como o CNJ vem atuando para tentar solucionar questões específicas que afligem os tribunais da região.

Outra resolução que deve ser revogada é a 126/2011, que dispõe sobre o Plano Nacional de Capacitação Judicial de magistrados e de servidores do Poder Judiciário. Segundo ele, já há o entendimento de que a resolução avançou sobre a competência de instituições de capacitação que detêm competência constitucional normativa, como a Escola Nacional da Justiça do Trabalho e a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.

O conselheiro falou também de uma resolução, considerada por ele importantíssima, que o CNJ está preparando para regulamentar remoções internas de desembargadores entre Câmaras. Segundo ele, mesmo que o magistrado mude de Câmara, ele deverá levar consigo o acervo como competência residual, a não ser que a mudança seja da Câmara Cível para Criminal ou vice-versa. O desembargador



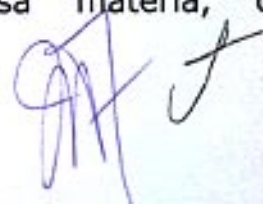
Marcus Faver opinou que tal resolução seria uma interferência na competência dos tribunais e que o problema poderia ser resolvido com a vinculação do desembargador ao processo no ato da distribuição.

Uma outra resolução visa dispor sobre a simetria de remuneração com o Ministério Público. Assim, embora tenha manifestado voto vencido, por ser contrário à utilização de resolução para autorizar despesa pública, o CNJ vai editar norma que vai tratar de pagamento de férias, de auxílio-moradia e de outras vantagens que o Ministério Público percebe para que alcancem também a magistratura.

Ele finalizou a abordagem tratando da proposta de uma resolução que disporá sobre a compensação de plantões realizados em fins de semana, em recessos e feriados. Tal resolução encontrou manifestações contrárias, pois geralmente o desembargador fica de sobreaviso em casa durante o plantão e não no tribunal.

Prestes a deixar o cargo de conselheiro, em julho próximo, pelo decurso do biênio, Milton Nobre agradeceu o apoio e as sugestões recebidas dos presidentes de Tribunais de Justiça e disse que continuará participando dos Encontros na qualidade de membro da Comissão Executiva do Colégio.

O desembargador José Fernandes Filho, da Comissão Executiva, chamou a atenção para a Proposta de Emenda Constitucional, que está em gestão junto à Presidência da República, sobre pensão por morte. Segundo ele, o que se pretende é, não importando a carreira qual seja, definir a pensão por morte de acordo com o regime nacional de Previdência Social. O conselheiro Milton Nobre acrescentou a essa participação que o assunto já vem sendo estudado há muito tempo e que ele acredita que os membros do Ministério Público e da magistratura poderão ter um sistema de previdência exclusivo. Ainda a respeito dessa matéria, o



desembargador Marcus Faver disse que há uma reunião agendada para o próximo dia 18, junto ao ministro Garibaldi Alves Filho, da Previdência Social, para tratar do tema.

O presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador Miguel Kfoury Neto, agradeceu a intervenção do conselheiro Milton Nobre no desbloqueio dos recursos do FUNJUS, Fundo da Justiça. Segundo o presidente, com os recursos de cinco milhões de reais por mês, já foram contratados 145 servidores e foi viabilizada a instalação de 13 Varas.

O presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, desembargador Manoel Alves Rabelo, agradeceu o apoio de conselheiros do CNJ, em especial dos conselheiros Milton Nobre e Nelson Tomaz Braga, ao Judiciário capixaba.

O presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas, desembargador João de Jesus Abdala Simões, agradeceu as visitas que os conselheiros Milton Nobre e Nelson Tomaz fizeram a Manaus, como integrantes do Grupo de Apoio aos Tribunais - GAT. O desembargador também agradeceu ao Colégio de Presidentes pelo apoio dado ao Judiciário amazonense, ainda mais por ter inspirado a criação do GAT, pelo CNJ.

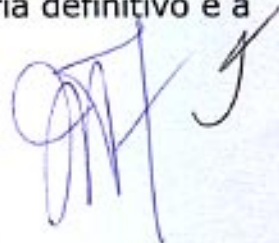
O presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, desembargador Otávio Augusto Barbosa, comentou que seu tribunal vive a situação de servidores que pedem para ser cedidos a outros órgãos da esfera federal, haja vista também integrar à mesma esfera. Embora ele diga que tem indeferido tais pedidos, em grau de recurso a decisão tem sido revertida com base no entendimento do CNJ. No entanto, a análise do Tribunal de Contas da União não tem concebido a cessão de servidores. O conselheiro Milton Nobre disse que já há uma minuta de resolução acerca do assunto, considerando a condição especial do Tribunal do Distrito Federal e dos Territórios por pertencer à esfera federal. O conselheiro aproveitou a



palavra para defender a preocupação que os tribunais devem ter com investimentos em mídias, no intuito de comunicar ações institucionais à sociedade. Falou, ainda, do projeto piloto de rádio que está sendo implantado no Pará e da possibilidade de serem utilizados equipamentos apreendidos pela Polícia Federal para diminuir custos.

As atividades da tarde começaram com a exibição de um vídeo de apresentação do programa SER, que visa ao desenvolvimento profissional e humano dos servidores do Tribunal de Justiça da Bahia. Entre as iniciativas, estão o Credicesta, que é um cartão de crédito para compra de produtos na Cesta do Povo; programas de habitação do Estado, para aquisição da casa própria; e o Prepare-se, que orienta os servidores no momento da aposentadoria. O Juiz auxiliar da Presidência do Judiciário baiano, Ricardo Augusto Schmitt, acrescentou ao vídeo as informações de que os onze mil servidores possuem um cartão de descontos, que variam de cinco a vinte por cento, em lojas de setores diversos, nas localidades das duzentas e setenta e oito Comarcas baianas. O desembargador Marcus Faver cumprimentou a desembargadora Telma Britto pela iniciativa de implantação do programa SER.

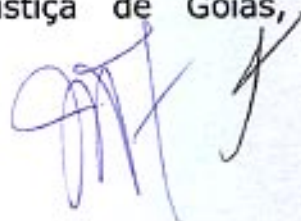
O presidente do Tribunal de Justiça de Roraima, desembargador Lupercino de Sá Nogueira Filho, comentou a proposta do presidente do Supremo Tribunal Federal e do CNJ, ministro Cezar Peluso, de ser retirado o efeito suspensivo das decisões dos tribunais, no momento de apresentação de recurso aos tribunais superiores. Ele disse que o projeto poderá impactar positivamente na imagem de morosidade que tem o Poder Judiciário perante à sociedade. Marcus Faver complementou dizendo que o ministro Peluso planeja apresentar ao ministro da Justiça o projeto no sentido de compor o Pacto Republicano. Faver ponderou que a iniciativa valoriza os tribunais estaduais, uma vez que o julgamento dos tribunais seria definitivo e a



apreciação dos recursos pelos tribunais superiores seria uma espécie de "ação rescisória".

O desembargador Marcus Faver submeteu à apreciação do Colégio a indicação para que o Tribunal de Justiça da Paraíba sedie o 89º Encontro de Presidentes, nos dias 13, 14 e 15 de outubro do corrente ano. O Encontro de João Pessoa, que foi aprovado, acontecerá em meio às comemorações dos 120 anos do Tribunal anfitrião.

Em seguida, o presidente da Comissão Executiva trouxe à discussão decisões do CNJ, bem como proposituras de resoluções, que atingem as autonomias de competência dos tribunais. Ele citou a decisão sobre redistribuição de processos, sobre horário de funcionamento dos tribunais, uniformização de normas regimentais e regimento de custas estaduais. Faver falou com preocupação dessas intervenções do CNJ. Sobre a questão de horário de funcionamento, citou o caso do Tribunal de Justiça do Mato Grosso, que teve arquivado, por unanimidade no CNJ, pedido de alteração de horário, mas em outra decisão, referente ao mesmo tribunal, deu decisão contrária. Citou também o caso do Tribunal de Justiça de Sergipe que, através da Procuradoria do Estado, impetrou Mandado de Segurança, que já alcançou decisão liminar favorável, e ainda aguarda análise do mérito. Faver acredita estar na hora de os tribunais tomarem decisões mais incisivas quanto a esses assuntos, através da interposição de Mandados de Segurança ou de Ações Diretas de Inconstitucionalidade. Lembrou também que o Código de Processo Civil, além da própria Constituição Federal, tem dispositivos que preservam a autonomia administrativa dos tribunais. O desembargador José Fernandes Filho, membro da Comissão Executiva e representando o presidente do Judiciário mineiro, opinou que seria oportuno constar na Carta a defesa das prerrogativas dos tribunais. O representante do Tribunal de Justiça de Goiás,



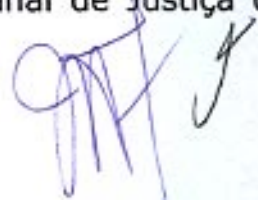
desembargador Leobino Valente Chaves, comentou a realidade de seu tribunal, que calcado em lei estadual, o Judiciário goiano possui atividades em regime de plantão para os horários em que não há expediente.

O colegiado estendeu o entendimento de prerrogativa administrativa dos tribunais para o caso de fixação de custas judiciais. Marcus Faver defendeu que os preparos de recursos aos tribunais superiores sejam feitos nos tribunais locais e, se admitidos, sigam ao Superior Tribunal de Justiça ou ao Supremo Tribunal Federal. Apenas neste caso específico, ele disse serem possíveis custas judiciais gerais para todos os tribunais.

O Colégio Permanente analisou o ofício apresentado pela presidente do Tribunal de Justiça do Pará, desembargadora Raimunda do Carmo Gomes Noronha, com a solicitação da Associação dos Magistrados do Pará para deliberar sobre a possibilidade de o colegiado ingressar com Adin sobre a Resolução 88/2010, do CNJ. Prontamente, Marcus Faver esclareceu que o Colégio Permanente de Presidentes não possui legitimidade para interpor tal ação, mas que poderia ingressar na Adin já interposta pela Associação dos Magistrados do Brasil na qualidade de "Amicus Curiae", o que foi aprovado por unanimidade.

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto, solicitou que o Colégio manifestasse na Carta de Salvador a necessidade de programa de proteção aos magistrados no exercício de suas funções institucionais.

O desembargador José Fernandes Filho, membro da Comissão Executiva e fundador do Colégio de Presidentes, apresentou uma comunicação para solicitar o afastamento dele das atividades do colegiado por recomendação médica, tendo indicado o desembargador Cláudio Costa, presidente do Tribunal de Justiça de



Minas Gerais para substituí-lo. Marcus Faver revelou que o desembargador Rêmolo Letteriello, também membro da Comissão Executiva, apresentou pedido semelhante, uma vez que alcançou o período de aposentadoria no Judiciário do Mato Grosso do Sul. Este indicou o desembargador Leo Lima, presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, para substituí-lo. Colocadas para apreciação, as duas solicitações foram aprovadas por unanimidade. Em seguida, Marcus Faver apresentou o nome do desembargador José Fernandes Filho como membro honorário permanente do Colégio de Presidentes, "pelo trabalho que ele fez, pelo espírito que ele representa", justificou. A propositura foi aprovada por unanimidade. Faver solicitou uma "grande salva de palmas" ao desembargador Rêmolo Letteriello "pelo trabalho que ele fez e em homenagem à grandeza que ele tem". Marcus Faver destacou que ambos "marcaram indelevelmente para a eternidade a presença aqui no Colégio de Presidentes, fruto de um trabalho incansável que tiveram e dos exemplos que deixaram".

Após o intervalo, foi composta e aprovada a "Carta de Salvador". Lavrada a presente Ata, que lida e colocada conforme, segue devidamente assinada pelo presidente, desembargador Marcus Antônio de Souza Faver, e pela Secretária *ad hoc*, desembargadora Marilza Maynard Salgado de Carvalho.


Des. MARCUS ANTÔNIO DE SOUZA FAVER
Presidente da Comissão Executiva


Desa. MARILZA MAYNARD SALGADO DE CARVALHO
Secretária Ad hoc